

Pacote tenta estabilizar dívida do setor público

A equipe econômica quer demonstrar ao mercado que o ajuste fiscal está em andamento e atrair maior volume de recursos externos

por Ivanir José Bortol
de Brasília

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, acreditam que será possível estabilizar a dívida líquida do setor público em 34% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997, depois do conjunto de medidas adotadas na sexta-feira somado aos ganhos de receita com a privatização de estatais.

Na visão de Kandir e Parente, o déficit operacional deverá ficar em 2,5% do PIB no ano que vem, ajudando a fortalecer a imagem do Plano Real e garantindo o fluxo de recursos externos necessários, em especial os investimentos diretos, para financiar o déficit em transações nas contas correntes.

“Estamos fazendo a nossa parte, que é o controle do déficit fiscal. Isso deverá manter ou melhorar o fluxo de investimentos diretos no Brasil”, disse Parente. “A privatização do setor elétrico deverá abrir espaço para o investimento externo. Serão recursos que deverão vir ao País para ficar.”

O ganho estimado em R\$ 6,5 bilhões com o pacote é um ponto fundamental do processo de estabilização da dívida líquida. Não pelo número, mas por sua intenção de trilhar um caminho de contenção de gastos desnecessários.

Kandir e Parente acham necessário um superávit primário de 1,7% do PIB em 1997 para segu-

Necessidades de financiamento do setor público								
Fluxos dos últimos 12 meses em % do PIB*								
Discriminação/período	1992	1993	1994	1995	1996			
	Dez	Dez	Dez	Dez	Abril	Mai	Junho	Julho
Operacional								
Governo Federal e Bacen	0,8	0,0	-1,6	1,7	2,4	2,5	2,5	2,4
Governos Estaduais e Municipais	0,8	-0,2	0,6	2,4	2,5	2,5	2,4	2,5
Empresas Estatais	0,6	-0,0	-0,3	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7
Total	2,2	-0,3	-1,3	5,0	5,7	5,7	5,6	5,6
Primário								
Governo Federal e Bacen	-1,3	-1,4	-3,1	-0,6	-0,1	0,2	0,1	-0,0
Governos Estaduais e Municipais	-0,4	-0,6	-0,9	0,2	0,5	0,6	0,6	0,7
Empresas Estatais	-0,7	-0,7	-1,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Total	-2,3	-2,6	-5,2	-0,4	0,5	0,8	0,9	0,9

Fonte: BC/esp

* Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI. (+) Déficit; (-) Superávit. Deflator: IGP-DI (centrado).

rar o crescimento da dívida líquida. A meta está condicionada a um ganho de receita de privatização de R\$ 5 bilhões para serem usados no resgate de papéis do Tesouro Nacional no mercado. O ministro do Planejamento estima em torno de R\$ 4 bilhões o ganho que o Banco Central (BC) poderá obter com a emissão de moeda na economia. Como vem aumentando a demanda por moeda na economia, o efeito da inflação, mesmo pequeno, representa um ganho para o BC.

“Se tivermos uma melhora no déficit fiscal, podemos reduzir

mais as taxas de juro. Ao contrário, se não fizéssemos nada, provavelmente seria necessário manter as taxas de juro elevadas”, disse Kandir.

A redução dos juros nominais para um patamar entre 16% e 20% em 1997 traria dois efeitos importantes: estimularia o crescimento do nível de atividade e reduziria o custo de rolagem da dívida interna.

“Com os atuais indicadores macroeconômicos, um crescimento maior do que 4% da dívida exigiria uma poupança privada mais elevada”, disse Parente, ao explicar a consistência do

crescimento deste semestre. A redução dos juros nominais e reais sobre os papéis do governo é um fator fundamental para diminuição do déficit operacional.

SALTO DA DÍVIDA

O estoque da dívida mobiliária efetiva do Tesouro Nacional saltou de R\$ 46,1 bilhões em janeiro de 1994 para R\$ 162,6 bilhões em agosto passado. Embora tenha havido uma queda dos juros reais – de 4% desde o início do Plano Real para 1,6% –, as despesas com juros mantiveram-se iguais porque o estoque da dívida triplicou.

A capitalização do Banco do Brasil, a securitização da dívida agrícola e dos débitos do Fundo de Compensações das Variações Salariais (FCVS), os empréstimos do BC ao Programa de Estímulo à Reestruturação e Apoio ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e a renegociação das dívidas dos estados são alguns dos fatores que estão provocando um brutal aumento da dívida interna da União.

Algumas fontes do mercado financeiro acham que o ganho fiscal do pacote de medidas é muito mais simbólico do que efetivo. A preocupação maior é com o impacto da renegociação de uma dívida como a de R\$ 37 bilhões do governo de São Paulo. O governo paulista poderá refinar sua dívida pagando juros de 6% ao ano mais a correção do Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI). A diferença entre o valor da dívida e o dos papéis emitidos no mercado será coberta por subsídios da União.

“O subsídio só vai existir se os estados pagarem um pedaço da dívida. A União, nesse caso, terá um ganho importante, que é a garantia de fluxos de pagamentos, que não existe hoje”, disse Parente. De qualquer forma, o subsídio vem causando mais desequilíbrio às contas públicas. A dívida líquida saltou de R\$ 208 bilhões dezembro de 1995 para R\$ 249,1 bilhões em agosto.

Os economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) têm alertado a equipe econômica de que é necessário um forte ajuste para estabilizar a dívida. Isso poderia ser obtido, na visão do FMI, com um superávit primário superior a 2% do PIB. O pacote fiscal deve gerar um superávit primário de apenas 0,8% do PIB, mas o governo começa a abrir caminho para a construção da estrada que levará ao equilíbrio fiscal.

O esforço feito neste ano está muito aquém do que deverá ser necessário para estabilizar a dívida e reduzir o déficit operacional. Até julho, o déficit já era da ordem de R\$ 15,7 bilhões. Em agosto, houve um forte impacto provocado pelos juros nas contas do Tesouro, agravando ainda mais esse quadro. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, esperava fechar este ano com déficit operacional de 2,5% do PIB, a metade do resultado de 1995. Agora, já admite que ficará em 3,5% do PIB.

O governo quer ainda uma ajuda adicional para estabilizar suas contas com a prorrogação do Fundo Estabilização Fiscal (FEF). Pedro Parente disse que, além da vantagem de remanejamento de recursos, há um “ganho líquido que está considerado” no esforço fiscal. O governo deverá enviar uma medida provisória ao Congresso Nacional estabelecendo as condições para a prorrogação do FEF.